

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO ESTADO DO ACRE - BRASIL

Prof^a. M. Sc. Maria de Jesus Morais (*)

A Situação Proto-Urbana

Os primeiros núcleos de povoamento-urbanos do Estado do Acre são consequência da frente de expansão da borracha, empreendida na Amazônia brasileira a partir do final do século XIX. Os membros desta frente de expansão foram os migrantes nordestinos. Estes, "expulsos" de uma estrutura agrária excludente na sua região de origem, assolados pela seca e "atraídos"-incentivados pela valorização da borracha no mercado internacional, foram penetrando o vale do rio Amazonas e seus afluentes, apropriando-se das terras onde havia árvores gumíferas.

Este povoamento, decorrente da extração do leite da seringueira (*Hevea brasiliensis*), processou-se de forma linear-misto, localizado quase sempre às margens dos rios. A forma física deste, compreendia o seringal (unidade produtiva) que era composto pelas casas do barracão (casa do proprietário - o seringalista - e dos seus ajudantes imediatos); as colocações (local de trabalho do seringueiro); as estradas de seringa e o tapiri (casa do seringueiro).

O mesmo era disperso nas colocações e nucleado junto ao barracão. O caráter dispersivo era devido à composição de várias colocações, com várias estradas de seringa e poucos seringueiros na colocação. E era nucleado porque em torno do barracão existia uma concentração de casas que deu origem, mais tarde, às cidades e vilas (RANCY, 1992). Nestas casas, em torno do barracão, e numa rede hierárquica viviam o "poder de mando e controle" do seringal, ou seja, o seringalista, o gerente, os guarda-livros (responsáveis pela escritura e contabilidade do armazém), os caçadores e canoeiros (encarregados do complemento para a alimentação) (ver figura 01).

O hoje Estado do Acre, naquela época, pertencia à Bolívia e Peru e era uma grande área fornecedora de borracha. A mesma foi, pouco a pouco sendo ocupada por seringueiros e seringalistas brasileiros, o que gerou uma "fronteira móvel" entre Brasil, Peru e Bolívia (MACHADO, 1989). Em 1903 a fronteira-limite com a Bolívia fora definida com a assinatura do Tratado de Petrópolis e em 1909 um outro Tratado define a fronteira-limite com o Peru. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis foi criado o Território do Acre e instituída a sua primeira divisão política-administrativa, da qual fora fundada os setes (07) primeiros núcleos de povoamento do Território, dos quais três nasceram como cidades e quatro como vilas.

Nesta divisão política-administrativa, o Acre fora dividido em três (03) departamentos (Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá) e instituída/implantada as cidades-sedes dos Departamentos: Empresa (atualmente Rio Branco), Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, e também as vilas de Brasília (atualmente Brasília), Xapuri, Seabra (atualmente Tarauacá) e Feijó.

Estas cidades e vilas não foram fundadas como consequência da evolução natural de povoados e, sim "pela necessidade de assegurar o Território que política e diplomaticamente havia sido conquistado da Bolívia" (RANCY, 1992). Estes núcleos escolhidos para serem cidades e vilas o foram por serem estratégicos do ponto de vista econômico, uma vez que estavam localizados na confluência dos rios, em pontos terminais da navegação permanente e em ponto de convergência da produção, como podemos observar na figura 02.

Naquele momento as cidades eram base para a circulação de produtos extrativos e alimentares e sedes do poder público. As mesmas estavam articuladas pela rede fluvial, numa cadeia comercial de exportação da borracha *in natura* e importação de bens de consumo necessários à (re)produção da atividade extrativa. Já a vida urbana, acompanhava a sazonalidade da extração da borracha, o movimento de entrada e saída de embarcações no porto e das festas dos moradores; o que as caracterizavam como proto-urbanas (MACHADO, 1989).

(*) Dept^o. de Geografia - Univ. Federal do Acre
End. Br 364, Km 04 - Campus Universitário
Departamento de Geografia
Rio Branco - Acre - Brasil
CEP 69.015-900
Fone (068) 229 2244 Ramal 210 - Fax (068) 229 1246 - e-mail mjmorais@hotmail.com

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MILITARES E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO ACRE

O padrão dentríptico da rede urbana perdurou até o final dos anos 60. A partir de então os centros urbanos deixam de articular-se pela margem do rio e passam a articular-se pela margem da estrada, isto é, acompanhando a 'malha programada' pelo Estado e as novas relações que se estabeleceram (CORREIA, 1989 e RIBEIRO, 1998).

Isto na mesoregião do Vale do Rio Acre, no Vale do Juruá ainda hoje as cidades e vilas estão articuladas pela rede fluvial (principalmente na estação chuvosa).

A situação urbana, ou seja, o modo de vida urbano só acontece na Amazônia no momento em que o país é unificado pelos transportes, comunicações e mercado. O que vem ocorrer com o advento das políticas públicas dos militares. Estes vão ser responsável pela substituição do extrativismo vegetal pela agropecuária, pelos grandes projetos minerais, hidrelétricos e redes técnicas; o que vai desencadear o surgimento de novas cidades e crescimento populacional das já existentes.

A criação de municípios na década de 70 no Acre é um aspecto relevante das políticas públicas. Isto é em 1976 foram instalados cinco (05) novos municípios, que se somaram aos sete (07) já existentes.

Os novos municípios foram: Assis Brasil, nas margens do Rio Acre, na fronteira com o Peru e Bolívia; Plácido de Castro, nas margens do Rio Abunã, na fronteira com a Bolívia; Senador Guiomard, nas margens da Br 317; Mâncio Lima, nas margens do Rio Mõa - na bacia do rio Juruá e Manoel Urbano, nas margens do Rio Purus (ver figura 03). Estes municípios fora a concretização da Doutrina de Segurança Nacional dos militares, onde se fazia necessário marcar mais efetivamente a presença brasileira na fronteira.

Ainda com relação a fragmentação territorial, em 1992 ocorre a última divisão política-administrativa do Acre. Nesta data, acompanhando uma tendência nacional, foram emancipados mais dez (10) municípios, que representam 45,45% dos municípios de todo o estado.

Os novos municípios foram: a - em torno das rodovias e projetos de colonização: Acrelândia (área do projeto Redenção), localizada às margens da Br 364 no trecho que liga Rio Branco à Porto Velho; Capixaba – às margens da Br 317 no trecho que liga Senador Guiomard à Brasiléia; Bujari – localizada às margens da Br 364, que liga Rio Branco a Sena Madureira; Epitaciolândia, nas margens do Rio Acre e da Br 317, em área de colônia agrícola e na fronteira com a Bolívia; Porto Acre, às margens do Rio Acre e, b - na fronteira com o Peru: Santa Rosa do Purus, nas margens do Rio Santa Rosa, em antigo local de caça; Jordão, nas margens do Rio Tarauacá; Marechal Thaumaturgo, nas margens do Rio Juruá; Porto Walter em áreas de antigo seringal, localizados nas margens do Rio Juruá; e Rodrigues Alves, antiga colônia agrícola, também nas margens do Rio Juruá (ver figura 04).

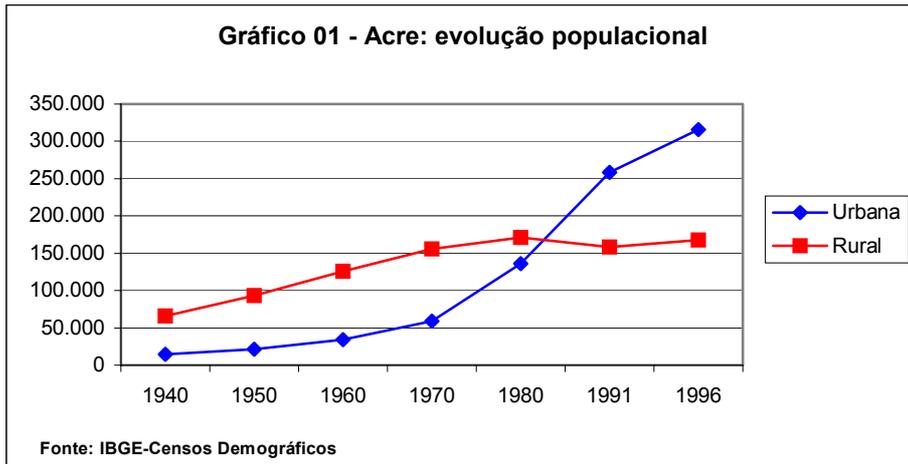
A justificativa para a criação destes novos municípios foram, além de "*marcar mais efetivamente a presença brasileira na fronteira*" a possibilidade de uma melhor distribuição de renda no Estado do Acre (SILVA, 1999). Isto é, as forças locais dos antigos distritos, que economicamente estavam estagnados, viam na criação de um governo local a chance de dinamizar a economia da área, seja pela instalação da estrutura administrativa, seja pelo fluxo de repasse de verbas do governo estadual e federal. Isto é concretizado pelo repasse do Fundo de Participação dos Municípios que representa cerca de 80% dos recursos disponíveis para os municípios do Acre (MORAIS, 2.000).

No Acre, as políticas públicas dos militares, se concretizaram com a construção e pavimentação da Br 364 e 317. Como também, com o programa de colonização dirigida, gerenciado pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e os incentivos fiscais para os projetos agropecuários.

Na década de 70, com a incorporação do Acre à fronteira agrícola amazônica concretizada através das rodovias de integração, dos incentivos fiscais e dos programas agropecuários, há um reordenamento das atividades econômicas em todo o estado.

A partir destas políticas grandes quantidades de terras foram compradas por empresários do Centro-Sul do país, vastas áreas foram desmatadas no vale do rio Acre, abrangendo os municípios de Rio Branco, Brasiléia e Xapuri, e proliferaram os conflitos entre posseiros e novos proprietários, que resultaram em lutas e assassinatos.

A derrubada de grandes extensões de floresta e a venda de antigos seringais precipitaram o êxodo rural, que tomou duas direções: a das famílias que migraram para a Bolívia, onde continuaram trabalhando na extração da seringa, e as outras que buscaram a periferia das cidades, especialmente Rio Branco, capital do Estado (ver gráfico 01) (OLIVEIRA, 1985; O. BECKER, 1990).



A Br 364 é a mais importante do Estado, ligando Rio Branco ao Centro-Sul. Por esta rodovia chegaram os novos migrantes, principalmente os pequenos e médios proprietários e os trabalhadores rurais sem-terras.

Na rede de transporte rodoviário do Acre temos outras vias que foram importantes no processo migratório campo-cidade. A Ac-010 ligando Rio Branco ao município de Porto Acre, a Ac-40 ligando Rio Branco à Plácido de Castro e a Br-317 ligando Assis Brasil, no sudoeste acreano, à cidade amazonense de Boca do Acre.

A abertura das rodovias de penetração concomitantemente aos projetos de colonização do INCRA e do governo estadual, foram responsáveis também pelo revigorecimento e surgimento de vilas e povoados, e/ou surgimento da cidade pioneira.

A CIDADE PIONEIRA

As cidades pioneiras, segundo COY (1995), são aquelas localidades de caráter urbano, que surgiram de forma planejada ou espontânea, paralelamente ao processo de ocupação da fronteira agrícola nos últimos 30 anos.

No Acre podemos elencar como cidades pioneiras, Acrelândia, Capixaba e Bujari e os povoados e/ou núcleos rurais dos projetos de colonização.

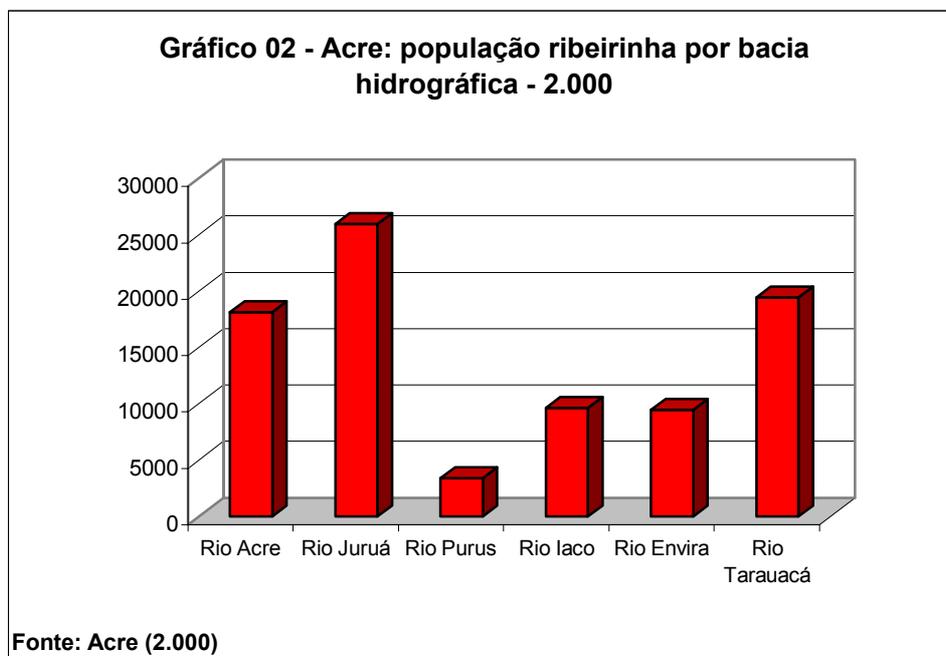
O local onde hoje está assentada a cidade de Acrelândia era a vila de apoio do projeto de Colonização Redenção, que fora criado pelo governo estadual em 1986. Já o lugarejo onde se localiza o município de Capixaba já foi sede de seringal, mas a povoação que deu origem a cidade foi formado, principalmente de famílias que migraram do Espírito Santo para o Mato Grosso e de lá para o Acre. Os primeiros capixabas chegaram por volta de 1973, quando a "corrida pelas terras" se intensificou em direção à Amazônia Ocidental. E o município de Bujari também emancipado em 1992, originou do povoado de uma fazenda e mais tardiamente de um Núcleo de Apoio Rural Integrado (NARI) (MORAIS, 2.000).

Com relação aos núcleos rurais, a microregião geográfica de Rio Branco é a que apresenta o maior número de núcleos. Isto pode ser explicado pela presença maciça de projetos de colonização, como também pela presença das rodovias e por ser a porta de entrada do Acre (ver figura 05).

São núcleos rurais atualmente no Acre, os locais sedes de seringais, principalmente ao longo dos rios - Juruá, Tarauacá, Acre, Iaco, Envira, Purus; os núcleos das aldeias indígenas e os núcleos rurais. Os dois primeiros, ao longo das margens dos rios e o último as margens das rodovias e estradas vicinais, dos projetos de colonização (ver gráfico 01).

Podemos destacar como vilas rurais, as seguintes: no município de Acrelândia: Campinas, Orion (projeto de colonização), e São João Balanceio (projeto de colonização); no município de Rio Branco: Vila do Projeto Casulo Hélio Pimenta, do Projeto Vista Alegre, do Projeto Baixa Verde e Vila Custódio Freire; no município de Porto Acre: Vila do projeto Humaitá; no município de Plácido de Castro: Vila do projeto de Assentamento Triunfo; no município de Senador Guiomard: Vila do Projeto Pedro Peixoto; e no município de Brasiléia: Vila do Projeto Quixadá. O número de habitantes destes núcleos variam de 800 a 4.000 pessoas (Acre, 2.000).

Gráfico 2



As cidades e vilas pioneiras são o que existem de novo no processo de urbanização do Acre. Mas aqui, o urbano não se impõe na paisagem, no modo de vida, e os equipamentos urbanos¹ e as atividades econômicas locais são precárias. Ou seja, atendem apenas a população local.

A urbanização, neste caso, deve-se quase que exclusivamente ao crescimento urbano de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Rio Branco é o centro urbano mais equipado, concentrando a maioria dos estabelecimentos de saúde, do número de médicos e dos estabelecimentos de ensino nos três níveis. É também o maior centro populacional, concentrando 47,32% da população total do estado e 63,8% da população urbana (ver tabela 01).

Tabela 01 - Acre: população rural e urbana em 1996

MUNICÍPIOS	RURAL	URBANA	TOTAL
ACRELÂNDIA	4.413	1.895	6.308
ASSIS BRASIL	1.061	1.857	2.918
BRASILÉIA	6.665	7.290	13.955
BUJARI	2.990	1.111	4.101
CAPIXABA	1.914	989	2.903
CRUZEIRO DO SUL	24.046	32.659	56.705
EPITACIOLÂNDIA	3.652	5.603	9.255
FEIJÓ	12.398	9.744	22.142
JORDÃO	3.429	548	3.977
MÂNCIO LIMA	3.991	4.708	8.699
MANUEL URBANO	2.647	2.873	5.520
MARECHAL THAUMATURGO	7.882	499	8.381

¹ A título de exemplo dos equipamentos urbanos podemos enumerar: 13 municípios não possuem agências bancárias (09 dos emancipados em 1992), 09 não possuem agências nem postos de coleta do correio e 04 só possuem posto de serviço de telefonia.

PLÁCIDO DE CASTRO	8.234	3.867	12.101
PORTO ACRE	7.458	868	8.326
PORTO WALTER	4.120	1.150	5.270
RIO BRANCO	27.510	201.347	228.857
RODRIGUES ALVES	6.647	1.854	8.501
SANTA ROSA DO PURUS	1.306	327	1.633
SENA MADUREIRA	11.020	12.310	23.330
SENADOR GUIOMARD	7.828	6.452	14.280
TARAUACÁ	12.329	11.386	23.715
XAPURI	6.556	6.160	12.716
TOTAL	168.096	315.497	483.593

Fonte: IBGE - Contagem da População

Atualmente vinte (20) das vinte e duas (22) cidades do Acre abrigam populações ligadas à exploração agrícola, apenas em Rio Branco e Cruzeiro do Sul sobressai atividades ligadas ao comércio, indústria e serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE, Governo do Estado do. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial** - documento final. Rio Branco: SECTMA, 2.000. V. 2
- ATLAS** Geográfico Ambiental do Acre. Rio Branco: Instituto do Meio Ambiente do Acre-IMAC, 1991.
- BECKER, Olga Maria Schild. Contribuição ao Estudo da Dimensão Sócio-Econômica na Análise Ambiental: uma experiência na Amazônia Ocidental Brasileira. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 53. N 3, jul./set. 1990.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 49. N 3, 1987.
- COY, Martin. Cidades Pioneiras e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira: transformações sócio-econômica e desafios para o planejamento nas frentes pioneiras. In: **Revista GEOSUL**. Florianópolis, N^o 19 / 20. Ano X (1^o e 2^o semestres de 1995): UFSC, 1995.
- IBGE. **Censos Demográficos: mão-de-obra e migração de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e Contagem da População de 1996.**
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos Varadouros do Mundo (da Territorialidade Seringalista à Territorialidade Seringueira: do seringal à reserva extrativista)**. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia – UFRJ.
- MACHADO, Lia Osório. **Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira: no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona, 1989. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana– Universitat de Barcelona.
- MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-Ac, uma Cidade de Fronteira: o Processo de Urbanização e o Mercado de Trabalho, a partir dos Planos Governamentais dos Militares aos Dias Atuais**. Florianópolis, 2.000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências - Universidade Federal de Santa Catarina.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: os cem anos de andanças da população acreana**. Rio Branco: Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.
- RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870-1912)**. Rio Branco, M. M. Paim: 1992.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. **A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise**. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ. V. 1.
- SILVA, Sílvia Simione da. **A Fronteira Agropecuária Acreana**. Presidente Prudente, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista.